



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Brasília, 11 de dezembro de 2012.

**Discurso do presidente Alexandre Tombini na Comissão de Assuntos
Econômicos do Senado Federal**

Exmo. Sr. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores

Senhoras e Senhores

Estou hoje aqui na condição de Presidente do Banco Central, para, em atendimento ao estabelecido na Resolução nº 32, de 2007, do Senado Federal, discorrer sobre as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, e, adicionalmente, em atendimento ao Requerimento nº 36 de 2012 – CAE, de autoria do Exmo. Sr. Senador Cyro Miranda, para discutir as transferências de controle acionário, intervenções e liquidações ocorridas no Sistema Financeiro Nacional em tempos recentes.

Em relação ao requerimento do Senador Cyro Miranda, eu tenho as seguintes considerações. A crise internacional de 2008 provocou forte contração no mercado de crédito externo com alguns reflexos no mercado interno brasileiro. Os efeitos da crise impactaram mais fortemente alguns bancos do segmento de pequenos e médios, que sofreram pressão em sua liquidez devido à redução do mercado de cessão de créditos e dificuldades de captação de recursos.

Atento a esse cenário, o Banco Central do Brasil passou a exercer um monitoramento mais rigoroso nas operações de cessão de créditos realizadas por todo o sistema financeiro no primeiro semestre de 2010. Essas atividades resultaram, no segundo semestre daquele ano, na identificação de inconsistências contábeis nas operações de cessão de crédito no Banco Panamericano. As fragilidades então encontradas naquela instituição motivaram o Banco Central a intensificar o trabalho de monitoramento de grupo específico de bancos.

Apesar de a maioria das instituições que enfrentaram dificuldades terem retornado à situação de normalidade, em alguns casos pontuais fez-se necessária maior atuação do Banco Central do Brasil, no sentido de solucionar as situações mais críticas, por meio de processo de ajustes e saneamento. Essas situações mais críticas, diga-se de passagem, foram basicamente decorrentes de decisões de gestão tomadas por seus controladores e

administradores na condução dos negócios da instituição, que não guardaram relação com fatores macroeconômicos de caráter conjuntural, nem relação direta com o comportamento ou com as estratégias do restante do segmento.

Durante o processo de ajustes e saneamento foram aplicados novos instrumentos de monitoramento, mais focados na integridade das informações e na viabilidade dos negócios, o que possibilitou mapeamento mais preciso das situações de risco identificadas.

Como resultado desse processo, foram determinados ajustes e exigidos planos de solução para as situações identificadas. Foram também aplicadas medidas prudenciais preventivas, inclusive com a imposição de restrições para distribuição de resultados e remuneração de administradores. Nos 4 casos em que os ajustes determinados não foram feitos e não foram apresentadas soluções de mercado, houve a decretação de regime especial. Refiro-me aos casos dos bancos Cruzeiro do Sul, BVA, Morada e Prosper, que, somados, detinham apenas 0,41% dos ativos do Sistema Financeiro Nacional e 0,59% dos depósitos.

É fundamental compreender que a decretação de regimes especiais apresenta sempre, em maior ou menor medida, potencial de abalo da credibilidade do sistema financeiro. Além disso, o encerramento das atividades de uma instituição financeira, por ato de intervenção do Estado, afeta adversamente depositantes, investidores e demais credores (inclusive outras instituições financeiras), bem como o fisco e os empregados, podendo ainda trazer consequências para empresas que nela concentrem seus depósitos e aplicações. Por tais razões, a ocorrência de soluções de mercado, para superar dificuldades verificadas em instituições financeiras, atende ao interesse público na estabilidade sistêmica.

Recordo, a propósito, que, nos casos em que ocorreram soluções de mercado, o Banco Central não interferiu nos termos e condições da negociação, que foram acertados exclusivamente entre as partes interessadas. Ademais, em estrito atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, tais soluções de mercado foram concluídas sem a utilização de recursos públicos – nem do Banco Central, nem de qualquer outra entidade governamental.

Com relação à atuação que o Fundo Garantidor de Crédito teve nas soluções de mercado, devo salientar que o FGC atua de duas formas: a primeira é a função clássica

de paybox, quando garante os recursos aos depositantes de instituição liquidada até o montante estabelecido pela regulamentação em vigor. A segunda é a atuação preventiva, contribuindo para a obtenção de solução de mercado que permita a continuidade das atividades da instituição financeira, conforme prevê o artigo 28, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que a prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos e de outros mecanismos constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, caso do FGC.

Em termos de impactos na competitividade, o efeito que esse processo de saneamento teve é praticamente inexistente, pois, conforme já afirmei, o número de bancos que passaram por medidas cautelares ou saneadoras foi pequeno, sendo sua participação em termos de volumes de ativos e de depósitos, frente ao montante total do sistema financeiro, insuficiente para surtir efeitos relevantes sobre os indicadores de concentração. De se ressaltar que, no terceiro trimestre de 2012, o segmento de bancos pequenos e médios compreendia 125 instituições.

Em decorrência do mesmo processo de saneamento, foram abertos 17 processos administrativos punitivos, aplicadas penas que, somadas, correspondem a mais de 350 anos de inabilitação para atuar no mercado financeiro, além de multas, tendo sido expedidas 39 comunicações de crimes e irregularidades administrativas aos órgãos competentes, sendo 21 ao Ministério Público, 8 à CVM, 5 ao Coaf, 3 ao CFC e 2 à Secretaria da Receita Federal.

Finalmente, gostaria de ratificar que o segmento de bancos pequenos e médios está saudável, bem capitalizado, provisionado, rentável e desempenha importante papel na dinâmica do mercado financeiro e que as recentes aplicações de regimes especiais a bancos desse segmento foram fatos específicos e isolados.

Passo agora a tratar do cenário macroeconômico.

O ambiente externo permanece complexo. A perspectiva continua sendo de baixo crescimento econômico por um período prolongado para a economia global.

A Europa é fonte de preocupação, principalmente pelas vulnerabilidades econômicas e financeiras ainda presentes. É fato que nos últimos meses foram anunciadas importantes medidas que reduziram as chances de eventos extremos. Mas não são soluções prontas

e definitivas, capazes de reestabelecer por si só uma dinâmica de crescimento sustentável.

No caso dos Estados Unidos, a principal fonte de insegurança está no campo fiscal. O *fiscal cliff* tem o potencial de gerar uma contração fiscal de até quatro e meio por cento do produto interno bruto dos Estados Unidos.

A avaliação geral, entretanto, é de que haverá ao menos a renovação parcial dos incentivos tributários. Mas a postergação dessas decisões têm se refletido sobre os níveis de dispêndio das famílias e de investimentos das empresas norte-americanas.

Não obstante isto, há sinais positivos na economia norte-americana. O segmento imobiliário retomou as vendas; os estoques reduziram-se; os preços dos imóveis estão se recuperando; e houve ampliação da concessão de crédito para o segmento.

Ademais, a economia norte-americana, como um todo, está gerando postos de trabalho. Com isso, a taxa de desemprego tem gradualmente caído.

Quanto à China, indicadores recentes sinalizam uma estabilização do ritmo de crescimento. Há inclusive alguns sinais de aceleração desse ritmo. Porém, a perspectiva é de que o patamar de crescimento se consolide um pouco abaixo daquele observado em anos anteriores.

Quanto à economia brasileira, está em curso uma recuperação gradual da atividade econômica neste segundo semestre, que deve se intensificar ao longo de 2013.

A indústria e a agropecuária, em certa medida, já mostram reação aos estímulos introduzidos na economia.

No setor industrial, o sentimento do empresário melhorou e a produção tem mostrado tendência de crescimento nos últimos meses. E este é um processo disseminado entre os segmentos industriais.

No setor agrícola, a produção de grãos deverá bater novo recorde em 2012. E, de acordo com as estimativas elaboradas pelo IBGE, crescerá em 2013 em ritmo bem mais intenso.

No que se refere ao setor de serviços, as perspectivas continuam favoráveis e a estabilidade observada no terceiro trimestre refletiu eventos que tendem a não se repetir.

Pela ótica do dispêndio do Produto Interno Bruto, a demanda doméstica continua sendo o principal suporte da economia. A expansão moderada do crédito, a geração de empregos e a ampliação da renda estimulam o consumo das famílias.

Por outro lado, a lenta recuperação da confiança contribuiu para que, até o momento, os investimentos ainda não mostrem reação aos estímulos introduzidos na economia. A consolidação da confiança requer um prazo suficiente para que os investidores interiorizem os estímulos já fornecidos, antecipem os efeitos das novas políticas de oferta e assim planejem suas próprias perspectivas de crescimento em horizontes mais longos.

Importante destacar que esse cenário de recuperação do crescimento, ainda que mais lento do que o previsto, irá se materializar em ambiente com a inflação sob controle.

Há um conjunto de fatores que favorece que a inflação retome o deslocamento na direção da trajetória da meta ao longo de 2013.

Primeiro, o reajuste do salário mínimo será marcadamente menor do que o observado em 2012. A importante redução no ritmo de crescimento desse parâmetro deve contribuir para suavizar a dinâmica dos salários de um modo geral, com repercussões sobre os custos de produção, sobretudo nos segmentos intensivos em mão de obra. Além disso, no setor público, negociações já realizadas apontam moderação dos ganhos salariais nos próximos três anos. Nesse contexto, para a economia como um todo, antecipam-se variações salariais mais condizentes com os ganhos de produtividade.

Segundo, as perspectivas para os próximos semestres apontam moderação na dinâmica dos preços de certos ativos reais e financeiros, dadas as condições vigentes e prospectivas da economia. Em particular, como temos afirmado, nosso regime de câmbio flutuante não deve ser visto como um incentivo para apostas que exacerbam a sua volatilidade.

Terceiro, há um impacto em potencial sobre os preços, de medidas adotadas pelo Governo que visam reduzir os custos de produção e aumentar a competitividade da economia brasileira. Somem-se a isso os efeitos das iniciativas que vão impactar diretamente os índices de preços ao consumidor.

Quarto, embora haja espaço para continuidade da expansão do crédito às pessoas físicas, esse movimento tende a ocorrer em ritmo mais alinhado ao crescimento da renda disponível das famílias.

Quinto, apesar de sinais recentes indicarem certa estabilização, o ainda frágil cenário internacional se apresenta como importante fator de contenção da demanda agregada.

Nesse contexto, a estabilidade das condições monetárias por um período de tempo suficientemente prolongado é a estratégia mais adequada para garantir a convergência da inflação para a meta em 2013.

De qualquer forma, posso assegurar que o Banco Central mantém-se vigilante com o comportamento da inflação.

Iremos perseguir o cumprimento da nossa missão de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda.

Muito obrigado

Alexandre Tombini